



CÂMARA DE ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA, TRANSPORTE, SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO
Ata da 96ª reunião, realizada em 22 de outubro de 2025

1 Em 22 de outubro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia,
2 Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e
4 suplentes: o presidente Alice Libânia Santana Dias, representante da SEMAD; Representantes do poder público:
5 Marina Guimarães Silva Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Fernando José dos Santos Lelis, da
6 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Petra Rafaela de Oliveira Silva Mello, da Secretaria de
7 Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Adenilson Dias Hernández, da Companhia de Habitação
8 do Estado de Minas Gerais (Cohab/MG); Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro, da Companhia de Desenvolvimento
9 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Antônio Humberto Pereira de Almeida, do Conselho Regional de Engenharia
10 e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). Representantes da sociedade civil: Hécio Neves da Silva Júnior, da Câmara
11 do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Alexandre Ferreira Braga, do Sindicato da Indústria da Construção
12 Pesada no Estado de Minas Gerais (Sicepot-MG); Ronaldo Costa Sampaio, da Associação Mineira Lixo Zero (Amliz);
13 Fábio Croso Soares, da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Lívia Maria Cruz
14 Gonçalves de Souza, da Escola Superior Dom Helder Câmara (Dom Helder); Alexandre Francisco Maia Bueno, da
15 Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a
16 presidente suplente Alice Libânia Santana Dias declarou aberta a 96ª reunião da Câmara de Atividades de
17 Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
18 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4)**
19 **COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “É para informar, senhora
20 presidente, que continua aberta a consulta pública, até o dia 30 de novembro, para receber sugestões da sociedade
21 sobre o funcionamento, a estrutura e os mecanismos de participação de dois importantes colegiados estaduais: o
22 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-
23 MG). A iniciativa busca promover melhorias de modernizar a estrutura, o funcionamento dos conselhos envolvidos
24 e garantir maior clareza e acessibilidade nos processos decisórios. A meta é fortalecer esses espaços como fóruns de
25 escuta e construção coletiva das políticas ambientais do Estado e tem como objetivo garantir que as sugestões
26 reflitam a diversidade de olhares e experiências da sociedade mineira. As contribuições podem ser encaminhadas
27 por meio de formulário eletrônico disponível no site da SEMAD: www.semاد.mg.gov.br. Sigam as redes sociais do
28 Sisema e fiquem por dentro das novidades, ações e informações sobre o meio ambiente:
29 @meioambienteminasgerais.” **5) EXAME DA ATA DA 95ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 95ª reunião
30 da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização, realizada em 24 de
31 setembro de 2025. Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Segov, Cohab, Codemig, CMI, Sicepot, Promutuca, Dom Helder e
32 SME. Ausências: Crea e Amliz. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL**
33 **SIMPLIFICADA. 6.1) Patrimar Vale dos Cristais Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Atividades e**
34 **empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual**
35 **15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa**
36 **Copam nº 222, de 23 de maio de 2018; Estação de tratamento de esgoto sanitário. Nova Lima/MG. PA/SLA/Nº**
37 **99/2025. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM. Retorno de vista**
38 **pelos conselheiros Fábio Croso Soares, representante da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca**
39 **(Promutuca); José Claudio Junqueira Ribeiro, representante da Escola Superior Dom Helder Câmara (Dom Helder);**
40 **e Hécio Neves da Silva Júnior, representante da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI/MG).**
41 Licença concedida por maioria nos termos do Parecer Único, com inclusão da seguinte condicionante: “Na falta da
42 prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos
43 urbanos pela municipalidade, o Condomínio deverá assumir essa prestação de serviço direta ou indiretamente.
44 Prazo: durante a vigência da licença.” Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Segov, Cohab, Codemig, Crea, CMI, Sicepot,
45 Amliz e Dom Helder. Voto contrário: Promutuca. Ausência: SME. Justificativa de voto contrário da Promutuca,

conforme manifestação registrada durante a discussão do processo. Conselheiro Fábio Croso Soares/Promutuca: “A Promutuca tem como finalidade a proteção do meio ambiente, principalmente, na região do Mutuca. E esse empreendimento está localizado, os rejeitos dele depois da passada da ETE são para a região. Então nós pedimos vista para estudar melhor o processo e fomos abordados por várias instituições, várias associações que levantaram algumas questões. E umas delas é com relação à criação do bairro do Vale dos Cristais. Que na criação do bairro, pelo Decreto 2.084/2004 e o processo administrativo dentro da Prefeitura de Nova Lima 27989/2003, estabeleceu a altura máxima de 15 m e pavimento máximo de 4 andares. Esse empreendimento possui mais andares e uma área maior. Então, sendo assim, o voto da Promutuca é contrário. Existem outros fundamentos que foram levantados, mas para justificar o voto e mostrar que existe essa questão da altimetria. E a gente também tem a preocupação com o Monumento Natural da Serra do Souza, como vai ficar a visada, enfim, são várias questões.”

7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) ETE Igarapé. São Joaquim de Bicas. Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa/MG). Estação de tratamento de esgoto sanitário. São Joaquim de Bicas/MG. PA/SLA/Nº 9714/2025. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com nova redação para a condicionante nº 5: “Reapresentar o estudo de autodepuração, conjuntamente com o laudo conclusivo do atendimento aos parâmetros de qualidade das águas, para curso d’água classe 1, estabelecido pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 8/2022, e Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH nº 2/2008. Observação: caso seja verificado, após a zona de mistura, o não atendimento aos padrões estabelecidos para a classe do trecho de lançamento no rio Paraopeba, deve ser apresentada proposta de tratamento complementar. Prazo: 120 dias após a concessão da licença.” Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Segov, Cohab, Codemig, Crea, CMI, Sicepot, Amliz, Promutuca e Dom Helder. Ausência: SME.

8) ASSUNTOS GERAIS. Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Boa tarde a todos, boa tarde, Alice, boa tarde, conselheiros. Eu estou aqui hoje enquanto sociedade civil. A gente fez também essas participações, essas manifestações em todas as reuniões do COPAM do mês de setembro, e estamos aqui no mês de outubro mais uma vez validando o nosso movimento grevista. Já é de conhecimento de todos. Hoje, dia 22 de outubro, completando 50 dias de mobilização. E marcaremos presença nesses espaços todos do Conselho de Política Ambiental. Já é super perceptível o quantitativo de processos pautados comparativamente no mês de setembro e no mês de outubro, o impacto causado pela paralisação dos servidores, que são quem entrega esse serviço para a sociedade. Então a gente teria o potencial de estarmos com muito mais pareceres e processos pautados nesta Câmara, se não fosse o movimento grevista. Mas, enfim, estamos com 21 itens de pauta e até o momento não tivemos nenhuma mesa de negociação efetiva, que apresentasse alguma proposta à altura da categoria dos nossos servidores. Então estamos aqui hoje como agenda de greve em frente à Assembleia Legislativa, participando das ações. E aí a gente se pergunta de que forma ‘nós conselheiros, nós sociedade podemos contribuir com o movimento de vocês, validar o movimento de vocês 52 dias depois’. Nós temos duas emergências, uma delas é em nível parlamentar, é a participação das instituições que compõem este Conselho, da sociedade, para que levem voz aos nossos representantes deputados para que a PEC 43/2024 esteja na pauta no plenário, do segundo turno. Essa PEC trará o meio ambiente dentro das essencialidades na Constituição do Estado, e isso permitirá que a gente destrave alguns pontos da nossa pauta, tal qual o edital, abertura de edital de concurso público. E nós também precisamos de uma pressão, digamos, no que diz respeito à administração, ao alto escalão, secretário de Estado, governador, vice-governador, para que nos dê atenção no sentido de urgentemente nos convocarem para uma agenda de mesa de negociação, apresentando uma proposta à altura da categoria. Enfim, 52 dias de movimento, não é nesse cenário, nesse lugar que a gente gostaria de estar, mas, tendo em vista toda essa desmobilização ao nível de fortalecimento da carreira institucional que a gente vem acompanhando nos últimos tempos, a gente não teve para onde mais correr. Então é essa fala que trazemos hoje aqui na reunião da CIF. É a Câmara que trata das atividades de infraestrutura. Pelo que eu lembro de ver na pauta, teve o processo, não sei se foi para a deliberação da Copasa, a ETE São Joaquim de Bicas e Igarapé. Então estamos aqui também numa pauta coletiva com o Sindsema e Sindágua, contra a privatização da Copasa, esse projeto de acabar com o referendo popular, para que a população manifeste sobre as estatais mineiras. Enfim, muitas ações acontecendo aqui ao nível de Assembleia também. Então é essa mensagem, esse recado que a gente gostaria de deixar para o COPAM e para a CIF, em especial, no sentido de fala, de contribuição, de suporte e apoio aos servidores públicos do meio ambiente do Estado de Minas Gerais, que vocês nos façam.”

Presidente Alice Libânia Santana Dias: “Eu também sou servidora de carreira. Como servidora e mesmo como chefia, eu também aderi à greve, ainda que parcialmente. Nesta semana tivemos várias questões, e, para não ter uma paralisação completa aqui, precisei trabalhar também alguns dias. Mas

98 também como servidora faço essa adesão a esse movimento, que traz pautas muito relevantes, que já foram até
99 reconhecidas pelo próprio governo, pela secretária. E estou confiante de que vamos chegar a um denominador
100 comum, que a gente consiga interromper esse cenário de greve, que é algo que ninguém deseja, mas realmente é
101 um momento muito necessário para o Sistema Estadual de Meio Ambiente.” **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo
102 outros assuntos a serem tratados, a presidente Alice Libânia Santana Dias agradeceu a presença de todos e declarou
103 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

105 **APROVAÇÃO DA ATA**

108 **Alice Libânia Santana Dias**
109 **Presidente suplente da Câmara de Atividades de Infraestrutura**
110 **de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização**